

CERCANDO O OBJETO: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE A PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NOS ESTUDOS RELACIONADOS AOS MILITARES NA POLÍTICA

ÁUREO LUIZ DA ROCHA¹

¹ *Mestrando em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas - aureodarocha@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A crise política iniciada com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a resistência das elites civis e militares com a posse de João Goulart, culminaram com o movimento iniciado em 1964, desencadeado a partir de Minas Gerais, que acabou surpreendendo o “dispositivo militar” Janguista, desdobrando-se como uma “solução” para pôr fim a “desordem” em face a ameaça comunista, a crise de autoridade e instabilidade institucional, culminando com a tomada do poder pelos militares apoiados por setores da elite civil.

Tendo como fundamento legitimador um discurso, o qual os militares julgavam-se em defesa da democracia e “guardiões da nação”, o movimento foi em seu primeiro momento amplamente apoiado por diversos setores da sociedade brasileira. Sobre o tema, importantes contribuições de cunho analítico referentes ao período foram tratados por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, sob diversos aspectos teóricos e metodológicos. Desta forma, o presente trabalho pretende apresentar argumentos de alguns intérpretes, que entendemos como necessários para compreender o funcionamento das Instituições Militares, em particular o Exército, adotando como recorte temporal o período mais intenso em que se estabeleceu a crise política no Brasil (entre 1961 e 1964).

Para essa análise, serão apresentados os principais argumentos com o objetivo contextualizar as causas que levaram os militares a ocupar o poder político por um período de vinte e um anos. Busca-se assim, apresentar elementos relevantes para que se entenda as motivações que ocasionaram uma intervenção direta na vida política nacional, a partir da década de 1960.

Partiremos do exame dos trabalhos de José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho, Alfred Stepan, João Quartim de Moraes, Golbery do Couto e Silva, Fernando Henrique Cardoso e Gláucio Ary Dillon Soares. Na análise destes autores, busca-se os fundamentos para a compreensão da dinâmica e ação política desenvolvida pelos militares durante o período proposto pelo estudo. A relevância do trabalho resulta nas interpretações desses estudiosos, a fim de compreender a lógica democrática defendida por estes atores como forma de “legitimar” o intervencionismo ocorrido a partir de 31 de Março de 1964.

2. METODOLOGIA

O trabalho se propõe a realizar uma revisão bibliográfica em obras clássicas, a fim de compreender como a instituição militar, no caso o Exército, veio a exercer

na política levando a tomada ao poder em 1964. A análise proposta pelos autores permite entender a organização militar em si, bem como os fatores endógenos e exógenos que permearam a dinâmica militar em termos de ação política.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse trabalho constitui-se parte do projeto de dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) versando sobre o discurso de democracia defendido pelos militares no período de 1961 a 1965.

A discussão está relacionada a importantes contribuições de cunho analítico referentes ao período que culminou com o movimento iniciado em 1964, os quais foram tratados em trabalhos clássicos por importantes historiadores, sociólogos e cientistas políticos.

José Murilo de Carvalho destaca a complexidade ao se estudar os militares enquanto membros de uma organização que possuem características e vida própria, não podendo ser reduzidas a meros reflexos de influências externas.

Segundo Carvalho (2005) utilizando o enquadramento proposto por Erving Goffman¹, considera que as instituições militares seriam definidas como **instituições totais**. Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requer de seus membros uma radical transformação de personalidade.

Edmundo Campos Coelho, em “Busca da Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira”, levanta a história do Exército brasileiro, de 1823 aos dias atuais, com o objetivo de buscar as causas determinantes do seu comportamento político.

Campos Coelho vai escrever seu livro nos anos 70 buscando interpretações sobre a atuação dos militares em termos de luta de classes e guerra fria recuperando a tradição nas Ciências Sociais que procura entender a instituição militar, e, mais amplamente a lógica interna das corporações e organizações fechadas.

Segundo Coelho (2000) para entender os militares, era necessário entender as organizações, e para isto era indispensável conhecer os textos de Max Weber.

¹ O autor está fazendo referência a seguinte obra do antropólogo Erving Goffman: **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

Portanto, a teoria organizacional associada ao pensamento Weberiano estão bastante presentes em seu livro.

A influência (ou interferência dos militares na política) foi apontada por Stepan como um reflexo da ausência de instituições políticas sólidas, pois o parlamento (tipo como a forma ideal de governo) não possuía as condições eficazes de solucionar possíveis conflitos no interior da camada dominante

O autor procura demonstrar que o relacionamento militares/civis foi marcado por uma constante tensão: as lideranças civis governamentais necessitavam dos militares na questão da ordem e como instrumento político.

Contudo, deveriam limitar esta interação a fim de impedir que estes assumissem o poder e se tornassem um entrave na consecução dos seus interesses. Concedia-se aos militares a tarefa de **moderadores do processo político**.

A delegação de “Poder Moderador” à instituição militar nas relações desta com o Estado e à Sociedade pode ser observada como um **mito**, e este atende aos pressupostos reivindicados pela elite militar na legitimação de sua ação intervencionista em 1964, a saber, que as Forças Armadas possuíam idoneidade tal que poderiam ser os agentes da transformação de um Estado contrário ao interesse geral da sociedade.

Esta dúvida foi proposta por João Quartim de Moraes. O autor procura contestar os postulados elaborados por Stepan, donde concluiu que a análise não revela (pelo contrário, acaba por ocultar) a função política exercida pelos militares no Brasil contemporâneo.

Para Moraes (1985), a criação de um modelo deve observar certo número de constantes que registram o funcionamento de determinada esfera de relações sociais. O modelo nada mais seria de que uma totalidade de pensamento expressa como totalidade real, porém, segundo o autor, estas constantes não ocorreram como descreve Stepan.

A obra de Stepan exclui de análise o Brasil da Primeira República, pois suas hipóteses seriam diretamente autocontestadas quando abarcassem complexas situações políticas como o período 1889-1894, por exemplo.

Linha hegemônica na ESG, a produção de Golbery do Couto e Silva foi fundamental tendo embasado teoricamente a questão da Segurança Nacional no

Brasil. As ideias do grupo que o autor representava foram incorporadas na linguagem oficial e utilizadas como estratégia na própria atuação do novo regime

Em sua obra “Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo e Geopolítica no Brasil”, Golbery afirmava que a humanidade vivia uma época dramática, onde valores e conceitos estavam sob suspeita. No interior de cada Nação e na relação entre os Estados a segurança prevalecia, este seria um problema que afetava toda a humanidade.

O livro de Fernando Henrique Cardoso, “O modelo político brasileiro no capítulo III, homônimo ao livro chamado de O modelo político brasileiro, tem como ponto de partida o exame a respeito dos problemas políticos, que remete, por exemplo, à análise sobre o caráter do golpe, que se desdobra num estudo que procura qualificar o Estado autoritário e sua estrutura, a fim de apontar o comportamento dos sujeitos no jogo do poder, mediante seus interesses particulares e de classe.

Cardoso (1973) inicialmente se refere à forma como deu a ruptura do sistema político brasileiro em 1964 e com o tipo de regime que se implantou subsequentemente. Não apontando apenas a falta de resistência do nacional-populismo e à rapidez de sua desagregação, “mas à natureza e expansão da intervenção militar como de suas conseqüências políticas” (id., p.50).

Ao questionar sobre a discussão sobre o caráter do movimento de 1964, em que limitou-se à disputa retórica vencedores e perdedores em torno da questão “golpe” ou “revolução”, o autor afirma tratar-se sem a menor dúvida de que houve uma intervenção dos militares que interrompeu a vigência de um governo constitucionalmente estabelecido.

O livro “Visões do Golpe - A memória militar sobre 1964”, com introdução e organização de importantes pesquisadores ligados ao Centro de Pesquisa e História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), contém entrevistas de vários militares que contribuíram para derrubar João Goulart e participaram posteriormente dos governos militares.

A riqueza deste trabalho reside no aspecto de que aos militares são dadas poucas chances de se manifestarem de forma isenta. Há depoimentos moderados e radicais, apresentados de maneira integral, sem cortes. É um documento histórico valioso, um manual para pesquisadores, até mesmo porque a dificuldade dos militares falarem com facilidade sobre este período.

Na parte escrita por Gláucio Ary Dillon Soares, o autor enfatiza a necessidade de repensar o movimento militar desencadeado a partir de 1964, sob à luz de novas perspectivas e fontes de informação que somente o distanciamento do tempo pode ser capaz de apontar outras visões.

4. CONCLUSÕES

Esses trabalhos clássicos que no momento optamos em apresentá-los se constituem em importantes contribuições de cunho analítico referentes ao período ora tratado. Essa análise de autores clássicos compreendermos como fundamentais para o pensamento das instituições militares, no caso o Exército, diante de situações de instabilidade e crise política, que culminaram com intervenções militares, como a ocorrida em 1964.

Como alusão ao título desta apresentação, “cercar o objeto”, permite se apropriar do estado da arte e compreender a dinâmica de uma instituição complexa e muito particular, antes de serem analisados dados empíricos baseados em uma densa pesquisa ou mesmo sendo aplicada qualquer teoria que possa arbitrariamente servir como modelo explicativo.

Portanto, as eventuais discordâncias e/ou possíveis consensos sobre o pensamento desses intérpretes, pretendemos desenvolvê-los com maior profundidade ao longo da pesquisa e na dissertação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. 2. ed.. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- CARVALHO, José Murilo As Forças Armadas na 1ª República: o poder desestabilizador (cap. I). In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira** (Tomo III: o Brasil Republicano - v. 9): sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca da identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.
- STEPAN, Alfred. **Os militares e a política**: as mudanças nos padrões da vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional**: O poder executivo & Geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. **Filosofia e Política**, n. 2, Campinas/Porto Alegre: L&PM, 1985.p. 163-199.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Introdução**. 2. ed. In: D’Araujo, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO. Celso (introd., orgs.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.